

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO . SEP  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES . IJSN

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE  
SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**MUNICÍPIO -----**

**Local e data**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR

Ricardo de Rezende Ferraço

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

José Eduardo Faria de Azevedo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

José Geraldo Tedesco da Silva

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Andréa Figueiredo Nascimento

COORDENADORA DE ESTUDOS TERRITORIAIS

Inês Brochado Abreu

EQUIPE TÉCNICA

Isabella Batalha Muniz Barbosa

# **PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

O presente Termo de Referência diz respeito à contratação de serviços técnicos para a execução do (nome do projeto ou plano a que se refere o TR) --  
----- com ações de (diagnóstico da área, levantamento topográfico, projeto de regularização fundiária), referentes aos bairros e/ou áreas que abrangem ----- (Ex: Vila dos Pescadores, N. S. Aparecida, Bairro Bethânia, São José, Santo Amaro), respectivamente, conforme enquadramento das ações previstas no convênio estabelecido entre ----- (citar as partes que estabeleceram o convênio. EX: prefeitura e instituição ou órgão federal, estadual ou municipal).

#### **1.1. Contrato firmado entre ----- e o município de -----**

A Prefeitura Municipal de (nome do município) ----- assinou com ----- (nome da instituição. Ex: Caixa Econômica Federal) o Plano (citar o plano ou projeto firmado) ----- para o município de ----- (nome do município), requisito previsto na Lei nº -----, de ----- (data da lei), e na Resolução nº -----, de ----- (quando houver), de repasse da verba de ----- (valor da verba) para execução de ações relativas ao Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

#### **1.2. Tipo de contratação**

O presente Termo de Referência objetiva a contratação de serviços que venham apoiar o município de ----- (nome do município) na implantação do ----- (citar o plano ou o projeto) em áreas de aproximadamente ----- (citar o tamanho da área em m<sup>2</sup>) situadas nos bairros ----- (localizar e citar os bairros ou área a ser contemplada).

Para a realização dos serviços a Contratada deverá compor uma equipe de profissionais qualificados e especializados em (ex: pesquisa amostral, cadastramento, levantamentos planialtimétricos com vistas à estruturação dos Instrumentos Financeiros de Gestão e dos Instrumentos Normativos que possibilitarão a implantação do Plano de Regularização Fundiária). Será permitida a subcontratação dos serviços objeto desta contratação desde que comunicada e autorizada previamente pela Secretaria Municipal -----  
----- (secretaria ou instituição pública responsável pelo contrato).

A Contratada terá a responsabilidade de elaborar todas as atividades e produtos especificados neste Termo de Referência.

O plano prevê o planejamento e a intervenção de forma articulada entre diversas secretarias municipais, parceiros públicos e privados, assim como o envolvimento da população em todas as suas etapas.

## **2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ABRANGÊNCIA**

### **2.1 Caracterização do município**

O município de ----- está localizado (norte; sul; leste; oeste) -----  
----- do Estado, com uma área total de ----- km<sup>2</sup>, distando de Vitória  
----- km em linha reta e ----- (quando couber, outras referências  
geográficas e/ou ligações viárias). O município é composto por -----  
distritos citar (os distritos componentes). Apresenta uma população de -----  
--- habitantes, segundo Censo de ----- . A topografia é -----  
(breve caracterização do relevo e solos . plana ou acidentada)

### **2.2 Histórico (situação do objeto a ser contratado)**

- Histórico Habitacional e Fundiário do município, enfatizando a área objeto de contratação.
- Comentar sobre processos históricos que aceleraram concentração populacional e respectivos problemas habitacionais.
- Citar as áreas ambientalmente sensíveis ou ocupadas irregularmente.

## **3. SITUAÇÃO HABITACIONAL E FUNDIÁRIA ATUAL**

- Apontar índices de carência de infra-estrutura, situações irregulares, seja de uso ou posse da terra, assim como assentamentos localizados em áreas ambientalmente sensíveis; zonas de risco (consultas Censo IBGE, PNAD, IJSN).
- *Deficit* habitacional urbano e rural do município (IJSN).
- Análises e diagnósticos no tocante especificamente à área de abrangência de que trata o Termo de Referência. Nesse sentido, uma primeira avaliação contextual deve identificar alguns aspectos:

infra-estrutura; tipologia habitacional; uso e ocupação do solo; aspectos sociais.

### **3.1 Projetos e contextos relacionados ao objeto**

Citar planos de urbanização e outras ações empreendidas no município.

### **3.2 Dos instrumentos normativos**

Apresentar e observar os instrumentos normativos pertinentes e possibilidades legais de proteção e segurança da posse da terra que devem ser observados pelos moradores na implantação e execução do plano, tais como:

- **Constituição Federal de 1988**, nos artigos 182 e 183, que redefinem os direitos de propriedade e a possibilidade de intervenção do Estado no domínio da propriedade privada, privilegiando o interesse coletivo sobre o individual no âmbito das questões urbanas ;
- **Estatuto da Cidade** (Lei nº 10.257/01), que regulamenta uma série de instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir . mais do que normatizar . as formas de uso ocupação do solo. O estatuto abre possibilidade para o desenvolvimento de uma política urbana voltada para a promoção e inclusão social e territorial nas cidades brasileiras, considerando os aspectos urbanos, sociais e políticos de nossas cidades;
- **Plano Diretor Municipal**, que estabelece no seu zoneamento, Zonas de Intervenção Públicas Prioritárias e Zonas de Interesse Especial ;
- **Legislação Ambiental** em todas as esferas: federal, estadual e municipal. Observar a evolução da legislação brasileira no estabelecimento de normas, critérios e padrões relativos ao controle e à qualidade do ambiente urbano e natural;
- **Resoluções CONAMA** nº 302, 303 e 369. Reconhecer a importância das Áreas de Preservação Permanente (APP) e a necessidade de sua conservação perante a ameaça de descaracterização desses ambientes pela ação antrópica.

## **4. ABRANGÊNCIA DA ÁREA**

A área a ser regularizada compreende os bairros de -----  
e possui uma área de aproximadamente ----- (m<sup>2</sup>), no distrito ----  
----- (referenciar com outras informações adicionais).

## **5. JUSTIFICATIVA**

### **5.1 Da necessidade de contratação**

O Termo de Referência propõe a sistematização e a análise dos cenários de ocupação de forma a verificar as alternativas de regularizar a situação fundiária da área em estudo, observando e identificando os riscos e conflitos inerentes às demandas ambientais e sociais (ENUMERAR OS MOTIVOS QUE LEVARAM À CONTRATAÇÃO DO PLANO).

Em função do exposto, torna-se necessária a construção de um Plano de Regularização Fundiária para as áreas de interesse social do município, coerente com a realidade tratada, baseado em um diagnóstico consistente, em que se levantem demandas, problemas, potencialidades e limites, possibilitando a solução adequada, através de: criação de projetos e ações; delimitação de novas áreas para ocupação de Interesse Social; criação de novos mecanismos e instrumentos que possibilitem a agilidade necessária; e promoção do atendimento adequado ao setor.

### **5.2 Problemas diagnosticados**

1. Necessidades
2. Demonstração do interesse público.

## **6. GERENCIAMENTO DAS ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL \***

A Prefeitura Municipal de ----- será o órgão responsável pela fiscalização e gestão do PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL- ETAPA -----, estabelecendo, portanto, as diretrizes de coleta de informações para a área de abrangência, a fim de subsidiar a elaboração do plano para todo o processo.

Em função da interface técnica, participarão do acompanhamento do trabalho as seguintes secretarias municipais:

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no que se refere à definição das Áreas de Interesse Ambiental da área;

- Secretaria Municipal de Transporte e Infra-estrutura, no que se refere à infra-estrutura implantada e prevista, classificação e hierarquização do sistema viário;
- Secretaria Municipal de Obras, no que se refere às obras de intervenções habitacionais e urbanísticas.

A inserção da sociedade civil no processo é pressuposto básico e fundamental para o sucesso dos projetos e ações definidas de Regularização Fundiária. Para tanto, o processo de construção das pesquisas e levantamentos deverá incorporar discussões com os atores envolvidos e com as representações populares e entidades da sociedade civil.

## **7. ABRANGÊNCIA DO TRABALHO**

### **7.1 Âmbito geográfico**

Os serviços a serem elaborados deverão levar em conta o levantamento da situação legal e geográfica dos terrenos na área a ser regularizada, que perfaz um total de aproximadamente -----, com base na documentação existente e nas pesquisas documentais e socioeconômicas a serem realizadas, assim como pesquisas em outros órgãos e cartórios.

### **7.2 Beneficiários**

Identificar e caracterizar a população a ser atendida, observando renda familiar, faixa etária, mercado de trabalho e número de domicílios.

## **8. COMPOSIÇÃO DO TRABALHO**

O trabalho a ser contratado deverá consistir na atualização e complementação do levantamento e mapeamento da área a ser regularizada, a saber:

1. Levantamento topográfico da área definida para intervenção e levantamento das coordenadas e das dimensões das áreas com o fechamento dos polígonos, definindo o sistema viário, os lotes, as edificações e as áreas públicas delimitadas.
2. Levantamento cadastral geral da área definida para intervenção: levantamento das unidades imobiliárias com identificação do(s) ocupante(s), do endereçamento e das dimensões da(s) unidade(s).
3. Levantamento socioeconômico em 100% dos domicílios. Os dados deverão contemplar, no mínimo, o número e a distribuição da população

residente, por faixa etária, sexo, escolaridade, condições de emprego, renda familiar e tempo de moradia na área.

4. Pesquisa e análise geral da infra-estrutura urbana existente: água potável, energia elétrica, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, telefonia pública e coleta de resíduos sólidos; serviços e equipamentos comunitários (educação, saúde, segurança pública, cultura, esporte e lazer), identificando as carências existentes e nível de atendimento à população, Todos os dados e informações devem ser respaldados em mapas e relatórios.
5. Levantamento das condições de acessibilidade urbana. Análise das alternativas de transporte existentes e do sistema de circulação viária para o município, identificando as carências e os níveis de atendimento à população residente; levantamento do sistema de circulação de pedestres e compatibilidade com o sistema viário existente.
6. Identificação, mapeamento e classificação das Áreas de Risco e Áreas de Interesse Ambiental:
  - levantar a legislação urbanística e ambiental (federal, estadual e municipal), com ênfase nas áreas protegidas para fins de avaliação de limites e possibilidades quanto ao projeto da área objeto de regularização fundiária, tendo em vista a necessidade ou não de remanejamento em decorrência do grau de risco existente;
  - identificar condições ambientais, referentes aos recursos naturais existentes, vegetação, cursos d'água, nascentes, sol o etc.;
  - mapear as áreas de risco, observando no mínimo os seguintes itens:
    - identificação e localização da área;
    - dados topográficos da área;
    - descrição e classificação do risco e sua interação com a área urbana;
    - propostas de medidas paliativas e de controle;
    - previsões de evolução e nível de criticidade;
    - documentação fotográfica da área.
7. Caracterização da demanda habitacional da área de abrangência, considerando:



- *deficit* habitacional urbano, subdividindo-se em: a) habitação precária, b) coabitação familiar, c) reposição por depreciação, d) ônus excessivo com aluguel;
  - necessidade de reposição e incremento do estoque de domicílios existentes;
  - moradias que apresentam diferentes tipos de inadequações: a) domicílios precários, b) adensamento excessivo, c) carência de infraestrutura básica, d) não dispõem de instalação sanitária, e) problemas de depreciação, f) em situação de irregularidade fundiária.
8. Levantamento e mapeamento das áreas passíveis de nova ocupação e seu entorno:
- pesquisa em cartório sobre a propriedade de área acima de 1000m<sup>2</sup>;
  - mapeamento das áreas detectadas.
9. Pesquisa de percepção (amostral) aferindo o grau de conhecimento da população sobre o assunto e o grau de sensibilização para a participação do Plano de Regularização Fundiária.

## **9. DIRETRIZES E OBJETIVOS**

### **9.1 Diretrizes**

O planejamento e a execução das ações referentes à questão fundiária do município nas áreas de intervenção obedecerão às seguintes diretrizes:

- I) promoção das ações de identificação, levantamento, mapeamento e cadastramento da área de abrangência de forma articulada, buscando atender as necessidades para os procedimentos de regularização fundiária da área;
- II) adoção de soluções adequadas às características socioeconômicas e culturais, de modo a maximizar a produtividade do uso dos recursos alocados;
- III) caracterização da população a ser atendida pelo Plano de Regularização Fundiária na área de intervenção.

### **9.2 Objetivo geral:**

Dotar a prefeitura do município de ----- (nome do município) de instrumentos técnicos, legais e administrativos necessários à implantação e à manutenção de um PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE

INTERESSE SOCIAL na área de abrangência definida neste Termo de Referência, garantindo que os recursos públicos sejam destinados exclusivamente àquela população de baixa renda que integra o município, que apresentou ----- (situar o problema: *deficit* habitacional, carência de infra-estrutura; situação fundiária irregular; risco ambiental; vulnerabilidade e risco de deslizamentos; dentre outros) no Estado do Espírito Santo.

### **9.2.1 Objetivos específicos**

- Realizar e atualizar os cadastros municipais para identificação, mapeamento e cadastramento da irregularidade da área objeto do Termo de Referência.
- Conhecer a realidade local referente à questão fundiária nas áreas de interesse social.
- Implementar projetos e ações direcionados para as reais necessidades apontadas pelo diagnóstico.
- Instrumentalizar e capacitar o município na implementação de projetos de regularização fundiária específica para a área de intervenção.
- Estabelecer diretrizes e propostas de intervenção.
- Possibilitar a discussão do tema com a sociedade civil organizada local.

## **10. METODOLOGIA, ETAPAS E ATIVIDADES**

A metodologia deverá propor uma estratégia de ação que envolva de forma integrada os diversos atores, sejam de instituições públicas, sejam de instituições privadas, de forma a assegurar a discussão das questões técnicas em todas as esferas do processo participativo para a condução do referido plano. Na busca de entendimento e integração desses atores com as comunidades e a realidade delas, é recomendável que os técnicos municipais das diferentes pastas participem de todo processo de sensibilização e desenvolvimento das atividades com as comunidades para o futuro estabelecimento de acordos e compromissos de apoio logístico e de desenvolvimento nas ações de capacitação das fases subsequentes.

A base cartográfica deverá conter delimitação e mapeamento de toda a área de abrangência e do seu entorno, assim como os mapas temáticos exigidos em todas as etapas de desenvolvimento do trabalho. A base deverá ser gerada a partir do conjunto de informações do Sistema Integrado de Bases Georreferenciadas do Estado do Espírito Santo (GEOBASES), GOOGLE Earth, cartas do IBGE, ou outras fontes, e em escala igual ou superior a 1:50.000,

contendo limites, áreas de preservação permanente, sistema viário, hidrografia, declividade e outras informações relevantes, a saber:

- Uso do Solo e Cobertura Vegetal
- Vazios
- Evolução Urbana
- Densidade Ocupacional,
- Bacias Hidrográficas e Rede Hídrica;
- Mancha Urbana
- Sistema Viário principal e secundário
- Unidades de Conservação
- Precipitação, Deficiência Hídrica, Risco de Inundação.

- Os produtos deverão constar de relatórios parciais e mapas temáticos, cujas escalas deverão variar em função do tema abordado.

- O Plano de Trabalho deverá prever a validação de cada etapa pela prefeitura e, para tanto, a apresentação dos produtos conforme cronograma tempo/atividades.

- O produto final resultará no documento final que constará do Plano de Regularização Fundiária.

## **11. ETAPAS E PRODUTOS**

O Plano Local de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária deverá apresentar os seguintes produtos:

### **I - Plano de trabalho**

- um plano de trabalho detalhado, do qual constarão as estratégias que serão adotadas para alcançar os objetivos, as metodologias das atividades que serão realizadas e o cronograma das ações e eventuais propostas para alcançar as metas estabelecidas, constando de informações de como será executada cada uma das atividades propostas; o cronograma de execução deverá constar da relação das atividades a serem desenvolvidas e entrega dos produtos com seus respectivos prazos.

**Produto:** plano de trabalho.

### **II É Levantamento do zoneamento fundiário/uso e ocupação do solo**

- levantamento contendo o mapeamento da área de intervenção e as irregularidades fundiárias, identificando a situação de propriedade, o uso do solo urbano, as atividades desenvolvidas, os problemas detectados com as ocupações (áreas públicas, de proteção ambiental, de risco etc.) e os vazios urbanos;
- relatório do diagnóstico completo da situação atual com o levantamento das informações legais e normativas que regem a matéria nas esferas federal, estadual e municipal, de acordo com as orientações estabelecidas neste Termo de Referência.

**Produtos:**

- mapas temáticos, ilustrando o zoneamento/uso e ocupação do solo;
- um relatório descritivo apresentando conclusões estatísticas referentes ao levantamento.

### **III É Levantamento topográfico**

- levantamento planialtimétrico com curvas de nível de metro em metro, com indicação das áreas públicas e comunitárias, subdivisão das quadras em lotes, dimensões, sistemas de vias com respectivas hierarquias, dimensões lineares, angulares, ângulos centrais das vias determinadas por coordenadas UTM; quadro demonstrativo da área total e áreas úteis, espaços públicos; indicação dos marcos.

**Produtos:**

- \_ uma planta topográfica geral; arquivos no formato dwg (padrão AutoCad) da planta topográfica geral com polígonos fechados de quadras, lotes e edificações e *layers* distintos para cada feição;
- \_ um memorial descritivo topográfico contendo área dos lotes e edificações e medida das testadas de frente, laterais e fundos.

### **IV - Levantamento cadastral**

- levantamento e descrição das unidades imobiliárias, identificando os ocupantes, o endereçamento e suas dimensões, tipo de uso dos imóveis e características das construções, situação da ocupação, situação fundiária, dentre outras informações.

**Produto:**

- um relatório descritivo e analítico apresentando conclusões referentes ao levantamento.

## **V Ë Levantamento socioeconômico**

- relatório contendo o levantamento através de pesquisa de dados, contemplando no mínimo o número e a distribuição da população residente, por faixa etária, sexo, escolaridade, condições de emprego, renda familiar e tempo de moradia na área;
- relatório com levantamento da demanda habitacional e urbanística.

### **Produto:**

- um relatório do levantamento socioeconômico e da demanda habitacional com fotos.

## **VI Ë Levantamento físico-territorial**

- análise geral da infra-estrutura instalada e projetada de água potável, energia elétrica, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, telefonia pública e coleta de resíduos sólidos, referente às quadras e às unidades separadamente; avaliar as condições e potencialidades dos serviços e equipamentos comunitários (educação, saúde, segurança pública, cultura, esporte e lazer).

### **Produtos:**

- um relatório descrevendo o grau de eficiência, as carências de infra-estrutura e equipamentos urbanos existentes e a escala de atendimento à população;
- mapas temáticos (no mínimo cinco) em meio digital e impresso;
- CD com imagens digitais.

## **VII Ë Diagnóstico da acessibilidade e sistema viário**

- levantamento do sistema de circulação de pedestres, seu grau de eficiência e compatibilidade com o sistema viário existente; levantamento das condições gerais de acessibilidade urbana; levantamento das alternativas e sistemas de transporte existentes e propostas para o município, identificando as carências e o nível de atendimento da população residente.

**Produtos:**

- um relatório descritivo e analítico contendo o levantamento das condições de circulação viária, de pedestres e transporte coletivo, identificando as alternativas e sistemas de transporte existentes;
- mapas temáticos.

**VIII - Levantamento de legislação urbanística e ambiental**

- levantamento da legislação urbanística e ambiental pertinente.

**Produto:**

- um relatório descritivo.

**IX - Mapeamento e classificação da existência de áreas de interesse ambiental e de risco**

- identificação das áreas livres de ocupação, áreas potenciais a serem valorizadas, pontos de conflito e mapeamento das áreas de risco, avaliando a necessidade ou não de remanejamento em decorrência do grau de risco existente etc.; condições ambientais referentes aos recursos naturais existentes, vegetação, cursos d'água, nascentes, sol etc.

**Produtos:**

- mapeamento de cada uma das áreas de risco contendo os itens específicos discriminados;
- um relatório descritivo.

**X - Instrumentos de Participação**

- conscientização e sensibilização da comunidade para o processo de regularização fundiária;
- mobilização da comunidade para início dos cadastros e procedimento de coleta de dados;
- eleição do grupo de interlocução e representantes da comunidade;
- realização de oficinas e seminários durante todo o processo;

- apresentação dos resultados das pesquisas através da realização de seminários.

**Produtos:**

- relatório técnico e fotográfico constando todas as atividades realizadas no período, a documentação e listas de presença das oficinas de trabalho e de mobilização da população e das instituições públicas e privadas;
- oficinas e seminários;
- cartilha educativa.

**XI É Relatório fotográfico**

**Produto:**

- documento fotográfico de todo o processo de desenvolvimento das etapas realizadas.

**XII É Documento final**

**Produto:**

- documento final do PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA com todos os mapas temáticos e relatórios parciais, redigido a partir dos levantamentos e etapas preliminares.

Observação: Os produtos resultantes do presente Termo de Referência serão de propriedade da Prefeitura Municipal de -----.

**12. FORMA DE APRESENTAÇÃO**

A apresentação dos documentos consistirá em:

- Documentos elaborados em meio analógico, contendo plantas, mapas, fotos, gráficos, entregues encadernados em 03 (três) vias, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas . ABNT.
- Documentos em meio digital constando de todas as informações. Deverá ser entregue uma cópia em CD(s) com todos os arquivos referentes aos produtos solicitados em programas do Microsoft Office e em extensão DXF ou DWG para os elementos gráficos, além de uma versão unificada no formato PDF (Acrobat Reader 4.0).

- Plantas em escala pertinente, que permitam o entendimento do projeto, de acordo com avaliação dos técnicos da Prefeitura Municipal de -----  
-----.
- Apresentação do trabalho aos representantes das secretarias municipais e às instâncias da sociedade civil a serem definidas na proposta em dois momentos, utilizando *software* de apresentação, *datashow* e/ou em retroprojeto.

### 13. PRAZO

As atividades contidas neste Termo de Referência devem ser realizadas em ----  
----- meses.

### 14. CUSTO DOS SERVIÇOS

A Prefeitura Municipal de ----- assinou com o (órgão financiador dos recursos. Exemplos: CEF; Ministério das Cidades; dentre outros) o Plano Local de Habitação de Interesse Social para o município de ----  
----- (nome do município), requisito previsto na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e na Resolução ( nº e data da Resolução), para o repasse de ----- (valor do repasse) destinado a ações relativas ao PLHIS.

### 15. CRONOGRAMAS DE ATIVIDADES

O cronograma apresentado a seguir deverá servir de referência para execução dos trabalhos.

Produtos	Descrição da etapa	Cronograma de atividades (meses)
----------	--------------------	----------------------------------

Os serviços serão medidos obedecendo ao cronograma de entrega dos produtos referidos neste Termo de acordo com o custo total do plano discriminado no **Cronograma de Desembolso**, sendo o pagamento efetuado mediante a apresentação e aprovação desses produtos conforme se segue.

### 16. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

#### 16.1 Da qualificação da empresa

A empresa a ser contratada para a realização das atividades previstas neste Termo de Referência deverá ter experiência mínima comprovada de 02 (dois) anos de atuação no planejamento, gestão e implantação de planos e



programas de regularização fundiária e deverá apresentar certificação de capacitação nas seguintes atividades:

- levantamento topográfico, zoneamento, uso e ocupação do solo;
- levantamento e análise cadastral e socioeconômica;
- pesquisa e análise de infra-estrutura urbana, transporte e circulação viária;
- comprovação de realização de trabalhos de semelhante gênero em outras instituições públicas;
- processo participativo, em especial na mobilização e na moderação de oficinas, comprovado através de declaração de trabalhos e/ou certidão de acervo técnico.

## **16.2 Da equipe técnica**

A equipe da Contratada deverá ser composta por profissionais, habilitados em suas respectivas entidades profissionais, que tenham comprovado experiência nos serviços objeto desta contratação através de certidão obtida por essas entidades. Será necessária validação da equipe contratada e respectiva experiência pelo Grupo Técnico instituído pela prefeitura municipal responsável pelo monitoramento e acompanhamento da execução dos serviços.

A empresa deverá apresentar como condição necessária à contratação:

- relação nominal da equipe técnica (nível superior e médio) que participará dos serviços, com indicação de categoria profissional, função a ser desempenhada e tempo de experiência;
- *curriculum vitae* dos técnicos;
- organograma funcional para os serviços com funções e cargos.

## **17. SUPERVISÃO**

A supervisão, o acompanhamento e o recebimento dos relatórios e das atividades em todas as etapas ficarão a cargo do Grupo Técnico estabelecido pela Prefeitura Municipal de -----.

O acompanhamento se dará em reuniões ----- (citar a periodicidade) a serem efetuadas entre a Contratada e os técnicos da Secretaria Municipal de ----- (secretaria responsável), podendo ser efetuadas com maior ou menor periodicidade, dependendo do desenvolvimento dos serviços.

Os consultores se obrigam a prestar todas as informações necessárias para o monitoramento e a avaliação do processo.

A aprovação e posterior pagamento dos produtos a serem apresentados pela pessoa jurídica contratada ficarão sob a responsabilidade do Grupo Técnico designado para acompanhamento e supervisão do Plano de Regularização Fundiária.

## **18. BIBLIOGRAFIA**

Citar a bibliografia e fontes utilizadas na elaboração do Termo de Referência.